

AS DIMENSÕES DO DESEJO: UMA LEITURA HARENDTIANA DAS INTERAÇÕES DE ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS

André Luiz MING GARCIA¹

ABSTRACT: El presente artículo consiste en una lectura de extracción harendtiana de la narrativa realista-maravillosa Las aventuras de Alicia en el País de las Maravillas, de Lewis Carroll. Se pretende, con este texto, proceder a un análisis de las interacciones sociales de Alicia a lo largo del texto, de modo a poner en evidencia no solo su deseo de pasar a integrar las esferas sociales de lo público y de lo político, típico de la pré-adolescencia, sino también las instancias en las que, en una tierra de crisis política ocasionada por la ausencia general de sentido común, la protagonista es, por veces, tratada como adulta em interacciones desastrosas, alineadas por el leitmotiv representado por sus constantes cambios de dimensiones corporales. Se van a verificar aún las circunstancias en las que Alicia se deparará con la violencia, el autoritarismo y la tiranía. Este trabajo, de índole ensaística e interdisciplinar, tiene como objetivo último poner en evidencia las relaciones intertextuales en potencial entre la obra literaria supramencionada carrolliana y el pensamiento filosófico-político de la teórica alemana.

PALABRAS-LLAVE: Las aventuras de Alicia en el País de las Maravillas; Literatura Infantil y Juvenil; Filosofía de la Educación; Política; Hannah Arendt

1 INTRODUÇÃO

O futuro fala desde já pela voz de cem signos,
a fatalidade anuncia-se em toda a parte;
para entender esta música do futuro
todos os ouvidos já estão atentos.
Nietzsche, no prólogo de *Vontade de potência*

As previsões do futuro nada mais são do que
projeções dos processos e procedimentos
automáticos do presente, isto é, de acontecimentos
que provavelmente se passarão se os homens
não agirem e se nada de inesperado acontecer.
Hannah Arendt (1985, p. 7)

Um verdadeiro estandarte do realismo maravilhoso dentro do gênero literário infantil e juvenil, *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll, foi e continua sendo obra assiduamente analisada (e abalizada) da literatura mundial como um todo. A categorização convencional da narrativa como integrante da Literatura Infantil e Juvenil (doravante, também LIJ) não significa, porém, que *Alice* não tenha encontrado farta e entusiasmada recepção entre adultos. Ao contrário: muitas de suas traduções, quando editadas em coleções paradidáticas especialmente delineadas para crianças, chegam a fornecer indícios de estarem a elas subjacentes normas tradutoras (cf. conceituação

¹ Pós-graduando em Letras pela Universidade de São Paulo. Docente do Instituto Goethe São Paulo. E-mail: andrelunar@gmail.com

cunhada por Toury, 1978) que favorecem a simplificação e redução do texto original, assaz denso e rico (p. ex., Carroll, 1969, 1994 e 2005) e, como aponta Coelho (2000, p. 317), num percurso inverso ao percorrido por ocorrido por textos escritos para adultos e canonizados como obras para a juventude, como *As aventuras de Robinson Cusoé*, Alice "vem-se transformando em obra para adultos".

Com efeito, nem crianças nem adultos parecem estar aptos a fruir, em uma única leitura (e quiçá tampouco em meia dezena de impetuosas tentativas) parte substancial dos enredamentos semiósicos que compõem essa instigante narrativa, plena de ocorrências de intertextualidade e, como toda grande obra literária, "carregada de significados ao máximo grau possível" (Pound, 1960, *apud* Góes, 1990, p. 15-16). Nas palavras de Baseio (2005, p. 11), "o maravilhoso, o fantástico, o onírico deixaram de ser considerados [nestes tempos] pura imaginação ou mentira e se tornaram portas por onde se entrevêem verdades existenciais humanas". E é por tal que a profusão de literatura secundária exegética acerca de *Alice* se deslinda pelas mais distintas perspectivas de leitura de aspectos conteudísticos da obra, ora ressaltando referências sócio-históricas à "realidade" aludida por Carroll, ora imiscuindo-se preceitos psicanalíticos à análise literária propriamente dita, ora adotando-se passagens de *Alice* como ponte para a condução de reflexões de cunho lógico-filosófico. Comenta Achcar (2000, p. 7 e 8), em notas introdutórias a uma edição brasileira do texto, por ele dirigida:

As numerosas e divertidíssimas "loucuras" dos dois livros de Alice - este e *Através do Espelho e o que Alice Encontrou Lá* - implicam questões de lógica (com uso frequente do absurdo), física (antecipando, em relação às dimensões de tempo e espaço, o horizonte espantoso da ciência contemporânea) e filosofia. Neste último caso estão o enigma da identidade pessoal (tema que veio a se constituir num dos assuntos centrais da filosofia contemporânea), controvérsias sobre ética (portanto sobre *valores* associados ao nosso comportamento), disputas sobre linguagem (o problema do sentido das palavras, que aparece na discussão com a Duquesa, é central na linguística e na filosofia), a relação corpo-mente (uma das questões mais intrigantes da filosofia em todos os tempos), etc.

Note-se que as observações de Achcar põem em relevo, em concordância com algumas de minhas palavras anteriores, as relações de intertextualidade interdisciplinar que se podem estabelecer entre *Alice* e textos

e noções advindos de uma multiplicidade de áreas do saber. Tomar-se-á a intertextualidade, aqui, em duas frentes distintas, porém próximas: de um lado, como instância de identificação de remissões contextuais, no corpo de um texto, a outras obras, numa dialogicidade quase que explicitamente planejada e nitidamente tecida pelo autor; de outro, como consistindo num fenômeno (inter)semiótico da ordem da plausibilidade, em que aspectos de um texto *podem vir a aludir a aspectos de outro*, qualquer tenha sido a época de sua elaboração, independentemente da presença de uma intenção autoral por detrás desse enlace por devir. A partir disso, deparamo-nos com um potencial infinito de exegese intertextual, à medida que um texto rico, em termos beletrísticos, igualmente o será em âmbito referencial, estilístico e intersemiótico, estando em constante diálogo com relevantes obras do porvir. Isso tem que ver, em partes, com a relação literatura-sociedade, abordada por Antonio Candido ao asseverar que

[...] o escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o *indivíduo* capaz de exprimir a sua originalidade (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um *papel social*, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou auditores. A matéria e a forma da sua obra dependerão em parte da tensão entre as veleidades profundas e a consonância ao meio, caracterizando um diálogo mais ou menos vivo entre criador e público. (CANDIDO, 2006, p. 82-3)

Essa "consonância ao meio" pode gerar esse diálogo entre criador e público em perspectiva diacrônica, a partir do reconhecimento do fato de que a história, por si só, trata de remeter a acontecimentos passados, presentes e futuros de perfil sócio-histórico-cultural à medida que, com o passo do tempo, desenlaçam-se fatos e enredam-se e sobrepõem-se tradições culturais. Desta feita, é-me de interesse proceder à comunicação, neste ensaio interdisciplinar, de relações de intertexto identificáveis entre aspectos da narrativa carrolliana em questão e o pensamento de Hannah Arendt dedicado, mais de um século depois, à política, integrando-se também a estas análises, e de modo especial, suas mais breves incursões de índole reflexiva na área da educação. Dado o suprarreferido sem-número de obras disponíveis acerca de *Alice* que enfatizam aspectos dessa narrativa da mais vária estirpe, abster-me-ei da obrigatoriedade

de abarcar, neste artigo, quaisquer temas que fujam do escopo de meu recorte específico de análise da obra, embora, num viés ilustrativo, possa aqui haver referências *en passant* a alguns deles. Creio justo alertar, por ora, que aqui se evitará proceder a interpretações da estadia da protagonista no País das Maravilhas a partir de vieses de interpretação de sonhos, como delírios ou quaisquer apreciações hermenêuticas psicologizantes dos elementos da trama não expressos de forma explícita pelo narrador, num convite ao leitor interessado em tais abordagens a aprofundar-se na literatura secundária aliceana em busca da realização de tais perspectivas (e expectativas) de interpretação.

Sobre Arendt e suas linhas de pensamento concernentes à política, valer-me-ei, como ponto de partida, da distinção por ela firmada, em *A crise na educação* (2005), entre as esferas sociais - em inevitável dialogicidade - do político e do educativo, do público e do privado, do velho e do novo. Servirão como base teórica primordial para a condução desta análise ensaística passagens de cinco textos de Arendt (2005, 1985, 1998, 2005a, 1997, 1998a) e privilegiar-se-ão artigos e teses recentes acerca da obra da autora a versar sobre estes temas. Parte-se do pressuposto de que, ao cair na toca do coelho e adentrar no *Wonderland* (cabendo recordar, aqui, que o substantivo polissemêmico "*wonder*" significa muito mais que "maravilha", podendo expandir-se semicamente pelos campos da surpresa, da inexplicabilidade, da admiração e do prodígio), Alice experimenta, ao deixar o âmbito do privado e do pré-político (família e escola), uma terra em que se sucedem interações cuja forma e conteúdo desafiam a lógica e o sentido comum e, a partir de uma sequência de mudanças de dimensões coporais, experimenta, em meio ao caos e ao absurdo, interações de formato político que a levam a deparar-se, muito além de seu sonho infantil de torna-se e ser vista como adulta, com a autoridade arbitrariamente exercida, a violência e o totalitarismo.

2 INFÂNCIA E ADULTEZ; O PRÉ-POLÍTICO E O POLÍTICO

Em *A crise na educação*, Arendt (2005) faz transparecer a basilar

distinção que estabelece entre os âmbitos do político e do educativo, inusitada tanto no seio dos estudos acerca da educação quanto nos dedicados à política². O primeiro estaria associado ao relacionamento entre adultos, aqueles que atingiram a adultez que sucede aos períodos pré-políticos da infância e da adolescência; portanto, entre semelhantes que procuram persuadir-se uns aos outros através da ação política, um produto humano da ordem da pluralidade, da organização social, da coletividade, da relação que "*nace en el Entre-los-hombres, por lo tanto completamente fuera del hombre*" (do âmbito da individualidade) (Arendt, 1997, p. 46). O segundo referir-se-ia aos relacionamentos entre adultos e crianças, que seriam, por sua vez, da ordem da educação. Em Arendt não cabem dúvidas quanto à impossibilidade de que se considerem políticas as relações entre adultos e crianças, ou educativas aquelas estabelecidas entre adultos. A esse respeito, chega a promulgar que "*como não é possível educar adultos, a palavra 'educação' tem uma ressonância perversa em política - há uma pretensão de educação quando, afinal, o propósito real é a coerção sem uso da força.*" (op. cit., p. 26)

A respeito do segundo âmbito, o das relações entre crescidos e infantes, Arendt defende a tese de que essas devem ser conservadoras, à medida que compete aos adultos, nos domínios privados da família e da escola, mostrar aos recém-chegados o mundo "velho" no qual aportaram, seu funcionamento, e prepará-los pra bem integrá-lo, ao muni-los das mais pertinentes estratégias para tal. O objetivo último dessa integração consistiria, por sua vez, chegada a idade adulta, em que os novos crescidos dispusessem da possibilidade de modificá-lo, na esfera pública, dando continuidade à sucção de tradições que caracteriza o passo do tempo na história do mundo. Quanto ao desenvolvimento de corpos políticos a partir da família, Arendt os considera a ruína da política. A família, para a estudiosa, funcionaria como um albergue, um refúgio para o indivíduo fora da esfera pública do político (Arendt, 1997).

² cf. Benvenuti, 2010, quem aponta, ainda, para aspectos do pensamento de Arendt em que a teórica referir-se-ia a aspectos essenciais da educação, como a natalidade ("condição humana diretamente ligada à educação", como relembra Aguiar, 2008, p. 23), como correspondendo a instâncias políticas. Isso talvez porque, como observa Pereira (2008), a vinda dos nascituros impacta constantemente o mundo, cuja sobrevivência vê-se permitida por sua própria objetividade. Os recém-chegados são capazes de ação, atores em potencial, e a ação, em seu turno, pertence à esfera pública, da ordem do político. O homem seria, em Arendt, um ser-para-o-nascimento (cf. Aguiar, 2008).

O grande alerta de Arendt nesse ensaio, escrito originalmente no final da década de sessenta como denúncia ao que a filósofa encarava como sendo uma crise precipitada na educação e no sistema escolar estadunidenses, integrada, por sua vez, a uma crise geral do mundo moderno, aponta na direção da "ilusão de que o novo mundo está a ser efetivamente construído através da educação das crianças" (*op. cit.*, p. 27), fenômeno denominado por Lajonquière (2009) "ilusão (psico)pedagógica". Segundo Arendt, a aplicação radicalizada de pressupostos teóricos pedagógicos (em Lajonquière, como dito, (psico)pedagógicos e, em César & Duarte, 2010, "pedagogias 'psi'"), *a priori* tanto os bons quanto os que pudessem deixar a desejar, teria resultado em dita crise, caracterizada pela perda de autoridade da figura docente (veja-se também Arendt, 2005a), pela negligência da necessidade de que o professor domine a matéria a ser ensinada e mesmo de que ensine e, como consequência, pelo baixo rendimento acadêmico dos pequenos e seu despreparo para assumir o velho mundo novo que lhes espera. Conforme se buscavam meios de reagir à educação tradicional, de modo a "fazer justiça" face às crianças e permitir-lhes "democraticamente" que cuidem de seu próprio destino, negava-se-lhes a instrução que careciam para desbravar o mundo e, antes disso, a própria responsabilidade, enquanto adultos e educadores, pelo mundo em si, como se nos apresenta no agora, e por sua continuidade. A despeito de haverem-se passado mais de cinco décadas desde a publicação dessas reflexões de Arendt, os efeitos da assunção dessas posturas extremas no âmbito educativo sentem-se até os dias de hoje, percepção esta que se estende ao senso comum popular e aos meios de comunicação de massa, que referem-se, eventualmente, a uma altamente narcisista "geração eu", hoje entre os vinte e trinta anos de idade, que desconhecem os "nãos" e a autoridade adulta durante a infância. César & Duarte (2010) mencionam ainda, como consequências ou reflexos de dita crise, problemas políticos ocasionados pela manutenção dos indivíduos em condição infantilizada até adentrada a idade adulta

Arendt insiste no fato de que as crianças não constituem uma sociedade e deveriam ser levados em conta como indivíduos e não como um grupo solidário, dentro do qual submeter-se-iam, em vez de à autoridade instrutiva do

adulto, à autoridade e à pressão grupais. Para a autora, "a prática educacional moderna" tentou, "de forma absurda, lidar com as crianças como se se tratasse de uma minoria oprimida que necessita ser libertada" (p. 44). No campo da LIJ, essa visão impregnou o pensamento de alguns autores que se debruçaram sobre o tema desse gênero literário enquanto relacionamento ou comunicação adulto-criança (ex. Palo, 1986). Coelho (2000) nos lembra que, desde que se entende a infância como o fazemos na atualidade, existe uma preocupação (psico)pedagógica que está subjacente à confecção do livro de LIJ, com vistas a contribuir pelo seu desenvolvimento e proporcionar-lhes entretenimento e formação gradual como leitores críticos. Trata-se do reconhecimento de uma função (para)didática que assume grande parte da literatura infantil, aquela empreendida por adultos *para* as crianças (como *Alice*, escrita por Carroll sobre e para uma criança homônima), ainda que de possível fruição por parte de adultos. Como no caso da educação em geral, adotando-se o pensamento de Arendt, a LIJ é mais um instrumento de demonstração de aspectos do mundo às crianças, a partir do qual atizam-se seus desejos, fantasias e a imaginação que lhe são próprios.

Um ícone do *nonsense*, *Alice* é uma narrativa em que se expõe a protagonista a uma série de interações, muitas delas moduladas pelo absurdo, em que a personagem, desejosa de obter o reconhecimento de suas ideias por parte dos adultos, é alçada à categoria de igual, inclusive perante a lei, numa deturpação crítica dos princípios e limites básicos das relações adultos-infantes. Em outros momentos, porém, as interações de Alice chegam ao ponto de exagerar o perfil do ensinar-e-aprender característicos do interagir educativo ou adulto-criança, como se verá quando da menção ao passeio de Alice com a Duquesa. Vale ressaltar que as menções a "crise" e a "*nonsense*" aludem, por sua vez, à interpretação de crise política, por Arendt, como uma falha no *common sense*, com a posta de lado de "todas as regras da saudável razão humana" (Arendt, p. 2005, p. 28):

Quando, nas questões políticas, a sã razão humana falha ou desiste da tentativa de encontrar respostas, estamos frente a uma crise. Este tipo de razão é afinal o senso comum em virtude do qual nós, e os nossos cinco sentidos individuais, nos adaptamos a um mundo único e comum a todos e aí nos movemos. O desaparecimento do senso comum que hoje se verifica

é pois o sinal mais seguro da atual crise. Em todas as crises é destruída uma parcela do mundo, algo portanto que nos é comum a todos." (*idem, ibidem*).

3 AS CHAVES DO TAMANHO

Quais são, portanto, as interações de Alice que nortearão as reflexões vindouras deste trabalho? Antes de adentrar em sua análise, convém lembrar a importância de um *leitmotiv* fundamental que, como tal, serve de gancho que cose e une as diversas aventuras componentes da narrativa: as mudanças de dimensão corporal da protagonista, às quais se refere Benevides (s/d) como "o problema do tamanho" na obra. Mudanças estas que, análogas às sensações de sermos estranhos em nós mesmos típicas da pré-puberdade e da adolescência, na narrativa carrolliana

operam o fenômeno de integrar os episódios, dar-lhes unidade e coerência textual à medida que elas são as responsáveis por permitir à Alice entrar e sair dos recintos – igualmente de tamanho diverso à escala natural do mundo tal e como conhecemos –, alcançar os objetos mais distantes ou ter um ponto de vista privilegiado, diante das limitações do tamanho alheio. Em proporção não menos perceptível, o "problema do tamanho" também produz em Alice mudanças de comportamento ao longo da história, ora causando-lhe regozijo, ora mexendo com seu humor – a impossibilidade de alcançar uma chave em cima da mesa, após a mudança de dimensão, deixa-a triste: "tendo se cansado de tentar, a pobre criaturinha sentou no chão e chorou" (CARROLL, 2002, p. 17). Assumindo que o recurso percorre toda a trama, agregando seus episódios, o fato de ele impregnar a maneira de a personagem agir também evidencia uma exploração do tema e suas potencialidades, seja pelo aspecto psicológico da personagem (ou talvez dos leitores) ou pela chance de discutir filosoficamente ou fisicamente as implicações de reduzir ou aumentar. Em nota, Martin Gardner ([GARDNER], 2002, p. 17³) registra 12 ocasiões no livro em que Alice muda de tamanho.

Essas doze ocasiões correspondem, aproximadamente, como menciona logo adiante o autor, à dúzia de capítulos que compõem a obra. Logo de início, o leitor é apresentado a Alice não apenas em suas dimensões normais, mas no marco de uma realidade igualmente "normal": sentada ao lado de sua irmã, a qual deduz-se ser mais velha que ela e responsável pela protagonista, aborrece-se enquanto a primeira entretém-se com um livro. Aparentemente, sob a tutela da irmã mais velha, Alice *tem de* estar ao seu lado. Nos últimos

³ referência adaptada por mim; mantém-se, porém, a alusão ao mesmo texto.

parágrafos da obra, única ocasião em que a irmã retorna à cena, o leitor descobre que as célebres aventuras aliceanas a serem narradas na sequência consistiram em *flashes* de um sonho. A irmã a desperta, ouve-a narrar as tramas oníricas que protagonizou, beija-a e comenta e estipula: "- *It was a curious dream, dear, certainly; but now run in to your tea; it's getting late*" - ordem a que Alice assentiu *in continenti*. Destarte, os únicos *insights* que o texto promove das relações familiares de Alice deixam entrever aspectos de interações corriqueiras em que adultos e crianças desempenham os papéis defendidos por Arendt como saudáveis: o adulto instrui a criança acerca de um mundo "velho" pré-estabelecido no qual esta última começa a mover-se, indicando-lhe o que fazer, alertando-a respeito de praxes, horários a cumprir, disciplina a ser mantida. Mais adiante, a irmã chega a imaginar Alice adulta, chegada a vez desta última de instruir as crianças do devir, transmitindo-lhes sua experiência:

Lastly, she pictured to herself how this same little sister of hers would, in the after-time, be herself a grown woman; and how she would keep, through all her riper years, the simple and loving heart of her childhood: and how she would gather about her other little children, and make THEIR eyes bright and eager with many a strange tale, perhaps even with the dream of Wonderland of long ago: and how she would feel with all their simple sorrows, and find a pleasure in all their simple joys, remembering her own child-life, and the happy summer days. (CARROLLI, 1998, p. 95)

Malgrado a obediência exemplar de Alice frente às ordens de sua irmã ("*so Alice got up and ran off*", *idem, ibidem*), é ao longo da narrativa, durante o que apenas mais tarde descobre-se tratar de um sonho, que a menina expressa, através de suas reflexões não rara vez monológicas, seu descontentamento face à posição que ocupa no mundo. Os primeiros - e sutis - indícios são identificáveis logo de início, durante sua queda no poço, onde fica explícito seu desejo de "ser ouvida" e de "mostrar seus conhecimentos" - mesmo os que não possuísse com propriedade. Alice demonstra, em diversas passagens (p. 3, *passim*), o desejo por interagir de igual para igual com adultos, bem assim a preocupação com a imagem dos adultos acerca dela, sobremaneira nos casos em que pudessem reconhecer-lhe valores "adultos", como a coragem ("*after such a fall as this, I shall think nothing of tumbling down stairs! How brave they'll all think me at home!*", p. 2). Sua preocupação com a manutenção da face diante de adultos que a vêm e tratam como a *pequena*

que é segue expressando-se: "*And what an ignorant little girl she'll think me for asking. No, I'll never do to ask.*" (p. 3)

Diante de problemas, e especificamente daqueles gerados pela sua primeira mudança de dimensões, Alice, diminuída ao tomar o líquido de certa garrafa e havendo-se, assim, tornado *menor que si própria*, dá-se conselhos à imagem e semelhança dos que lhe haveriam potencialmente dado adultos naquelas circunstâncias. Recorda haver-se inclusive puxado as próprias orelhas em situações nas quais, em vez de enfrentar maduramente as adversidades, portou-se como uma criança pequena (chorou, desesperou-se, etc.) Faz-se, assim, paulatinamente mais evidente o desejo de Alice de tornar-se adulta e suas dúvidas identitárias no tocante à sua idade e tamanho e as pouco claras atribuições convencionais de padrões de comportamento supostamente correspondentes a cada faixa do desenvolvimento psicossocial infantil e pubertino. Deparamo-nos, assim, com questões próprias da (pré-)adolescência. Arendt (2005) estipula que, convencionalmente, tornamo-nos "adultos" a partir da conclusão dos estudos secundários, quando nos vemos prontos para a ação, o labor, o trabalho e a participação na tomada de decisões no seio das discussões de natureza e interesses públicos e políticos. A pré-adolescência, como fase intermediária entre infância e adultez, pode caracterizar-se, deste modo, como um período em que despertam-se mais acentuadamente desejos de participação na vida pública, de "libertação" do albergue e refúgio familiares, sem que, entretantes, venham a ser - ou devam ser - realizáveis.

Quando de sua segunda mudança dimensional, desta vez para maior, Alice chora e cobra-se uma atitude própria de alguém "tão crescido". Ora, as mudanças de dimensões de Alice parecem servir como metáforas de seu próprio desconforto perante a dúvida de ser quem se é sem a certeza de que papel lhe cabe no mundo: por vezes demasiado grande para certas atitudes, por vezes demasiado pequena, a criança se cobra posturas adultas que dificilmente poderia assumir. Diante de interlocutores, Alice necessita certificar-se de sua idade (como no caso de seu breve desentendimento com o Louro) para saber como portar-se diante deles, como expressar-se, que papel social assumir e desempenhar, e por parte de quem encontra-se exercitável a

autoridade. Essas tentativas de certificação fazem-me recordar as observações harendtianas (2005, p. 45) acerca da superioridade absoluta que caracteriza a autoridade que exercem os adultos sobre as crianças - e que, "do ponto de vista da dignidade humana, nunca deveria existir [entre adultos]". A perda geral de autoridade denunciada por Arendt

difícilmente poderia encontrar uma expressão mais radical do que no seu alastramento para a esfera pré-política, instância na qual a autoridade parece ser ditada pela própria natureza, independente de todas as mudanças históricas e condicionalismos políticos (*idem, ibidem*).

Em dado momento, quando o Coelho confunde Alice com uma certa Mary Ann e lhe ordena energicamente buscar-lhe em casa um par de luvas, Alice primeiro obedece, de maneira impensada, para depois pressupor que ele a haja confundido com uma criada. Embora não deixe de perseguir o cumprimento da tarefa, Alice questiona o fato de receber ordens de todos, imaginando o dia em que até sua gata pudesse mandar-lhe fazer coisas. Isso vai de encontro ao desconforto vária vez expresso por Alice em relação com sua posição no mundo, subjugada à autoridade adulta. Surpreendida por novo aumento de tamanho, a protagonista questiona o fato de já haver crescido sem, com isso, ter atingido maior idade:

"There ought to be a book written about me, that there ought! And when I grow up, I'll write one - but I'm grown up now! [...] But then [...] shall I never get any older than I am now? There'll be a comfort, one way - never to be an old woman - but then - always to have lessons to learn! Oh, I shouldn't like that!" (CARROLL, 1998, p. 23).

No capítulo seguinte, Alice conhece a Duquesa, ainda que em circunstâncias não especialmente amistosas. E é esse encontro que a fará sentir-se mais e mais infantilizada e tendo de aprender lições que nem sequer valoriza ou considera lógicas.

4“YOU DON’T KNOW MUCH, AND THAT’S A FACT”

É por meio dessa declaração pouco amistosa que se inicia a primeira interação de Alice com a Duquesa, defensora por excelência da tese de que toda história tem sua moral⁴. No capítulo sexto, "*Pig and Pepper*", Alice

⁴ Relacionando com estes trechos observações de Brito (2003, p. 2), poder-se-ia tratar, neste caso, de uma crítica social: "Os autores [da época] que não se dedicaram à literatura pedagógica escreveram

encontra-a mal humorada numa cozinha, onde desenrolam-se atos de violência sem sentido. Curiosamente, esses atos de violência ocorrem num contexto geral de falência do político característico do País das Maravilhas, onde a ausência de sentido comum desestabiliza as relações e impede seu desenvolvimento são. Há um momento em que Alice ousa tentar ensinar algo à Duquesa, subvertendo a ordem das coisas. A reação da Duquesa é exigir arbitrariamente a decapitação de Alice, que não ocorre. Observa-se, aqui, que quando Alice procura imiscuir-se no âmbito político, ou assumir liberdades de adulta para negociar com *supostos* semelhantes de igual para igual, a reação da Duquesa excede todos os limites do convencionalmente aceito no que tange o tratamento às crianças por parte de adultos. Um proferimento de ordem de decapitação corresponde, de fato, a um exercício autocrático da violência próprio da ação política num cenário de crise. A despeito de seu desejo, ver-se tratada como adulta passa a constituir, no País das Maravilhas, um perigo vital para a protagonista.

O segundo interlúdio de Alice com a nobre assumiu um colorido de outra sorte. No capítulo nono, "*The Mock Turtle Story*", recém libertada da prisão onde se encontrava, a Duquesa comporta-se de modo surpreendentemente amável ao reencontrar Alice. Desta vez, convida-a para um passeio, durante o qual dispõe-se a exercer "com maestria" a típica função de educadora, mostrando-lhe que "*everything's got a moral, if only you can find it*" (*op. cit.*, p. 67), e proferindo duas das mais intrigantes e comentadas falas de toda a narrativa: "*Take care of the sense, and the sounds will take care of themselves*" (*op. cit.*, p. 68), e

'the moral of that is "Be what you would seem to be" - or if you'd like it put more simple - "Never imagine yourself not to be otherwise than what it might appear to others that what you were or might have been was not otherwise than what you had been would have appeared to them to be otherwise." (*op. cit.*, p. 69)

O diálogo entre as duas foi interrompido, porém, pela chegada da autoridade máxima no País: a Rainha.

5 "OFF WITH HER HEAD!"

No capítulo onze, "*Who Stole the Tarts?*", traz-se nos a popular Rainha de Copas em todo seu esplendor pretensamente totalitário. Resume Brito (2003, pp. 7-8):

Na época em que Lewis Carroll publicou o seu livro [...], estava no trono a Rainha Vitória, importante figura, tanto social quanto economicamente, para a Inglaterra do século XIX. O regime político da Inglaterra desse período era a monarquia parlamentarista, [...] no qual o monarca não mais governa, assumindo a função de Chefe de Estado. [...] A Rainha de Copas, na realidade, dentro do sistema maluco que é o País das Maravilhas, quase não tem poder de decisão, como a Rainha Vitória dentro da monarquia parlamentarista. Os seres mágicos a temem, é verdade, mas as suas ordens de decapitação nunca são cumpridas.

Após citar trechos da narrativa em que o personagem Grifo e o narrador ironizam as habilidades políticas, a autoridade e os métodos da "Rainha", Brito aponta:

É interessante notar que, nos dois trechos citados, tanto o Grifo quanto o narrador referem-se à rainha de Copas como simplesmente "Rainha", reforçando a possibilidade de interpretação desse "Rainha" como se referindo também à Rainha Vitória. No caso, a rainha Vitória está sendo caracterizada não só como sem autoridade, mas também como possuidora de um julgamento duvidoso e simplista, crítica que não poderia ter sido feita abertamente abertamente [na] época." (*op. cit.*, p. 8)

Os requintes autoritários das incursões da Rainha, portanto, incluem alguns elementos fundamentais das origens do totalitarismo, como estipuladas por Arendt (1998) à semelhança do que se observava na Alemanha Nazista e na Rússia Stalinista, a saber, o emprego banalizado do terror e as tentativas de manipulação das massas, embora estas, no País das Maravilhas, não sejam exatamente acríicas face à figura e às atitudes da soberana. Deste modo, e por outros critérios, o governo da Rainha de Copas se aproximaria muito mais da tirania, com seus objetivos últimos consistindo na destruição de qualquer oposição e na detenção absoluta do poder político e econômico. Verifique-se as observações de extração arendtiana empreendidas por Ferreira (2007, p. 81) acerca dos governos autoritário, tirânico e totalitário:

O primeiro deles, o governo autoritário é de tipo cristão, hierárquico e pode ser traduzido como a forma da pirâmide: no topo de encontra Deus, representado pelo dirigente do governo. A forma autoritária de governo é hierárquica, não igualitária, e por sua própria natureza incorpora a desigualdade e a distinção.

O segundo modelo é o da tirania que oprime a todos igualmente, retirando todo e qualquer poder do povo, nesse sentido, ela é igualitária. Na sua forma mais pura, a tirania se traduz na expressão "um contra todos" e tem como modelo plástico a pirâmide separada e desligada de um único ponto no topo, o espaço que ocupa o tirano.

A terceira forma de governo é o totalitarismo que se traduz na estrutura da cebola: o governo se organiza em camadas, cujo centro abriga o líder. O que quer que ele faça, o faz de dentro da estrutura e não de fora ou de cima. O modelo da cebola proporciona a ilusão de que quem vive sob um regime totalitário vive em um mundo normal.

O absurdo julgamento do roubo das tortas da Rainha, durante o qual assiste-se a um descomunal aumento de tamanho, por parte de Alice, faz-nos testemunhas de um alçamento de Alice à condição de uma pseudo-adulta, vitimizada pelos abusos de poder dos governantes: testemunha perante um júri, acusada e condenada antes do proferimento da sentença, e ao próprio aumento da auto-confiança da protagonista, que se iguala e tenta inclusive impor-se à autoridade dos adultos: "*If any one of them can explain it', said Alice, (she had grown so large that in the last few minutes that she wasn't a bit afraid of interrupting him).*" (Carroll, 1998, p. 92)

Chegado, assim, o final da narrativa, Alice desperta ao lado de sua irmã e narra-lhe em detalhes o seu sonho, como especificado na introdução deste trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo perseguido durante a concepção deste trabalho consistia em realizar uma leitura de *Alice no País das Maravilhas* que enfocasse a natureza de suas interações sociais. Verificou-se que, nas partes da narrativa em que a protagonista não se localizava no País das Maravilhas, estando, portanto, em vigília, a única relação sua de que se tem notícia é aquela entre ela e sua irmã, da ordem do educativo e da esfera privada. Em seus poucos diálogos com sua irmã, deixa-se entrever uma relação adulto-criança de tipo educativo e conservador, de acordo com as noções de Hannah Arendt a respeito em seu ensaio *A crise na educação*, sustentada no exercício da autoridade por parte de sua irmã e em seus ditâmens instrutivos que visam a mostrar à criança como funciona o "velho" mundo que está pouco a pouco passando a integrar.

Todavía, durante seu sonho, análogo a uma viagem de formação, Alice tem seus primeiros contatos com a experiência anômala e desordenada do político, inviável, segundo Arendt, na esfera das relações que envolvam crianças. Numa terra de loucos, de crise política e total ausência de *common sense*, e experimentando consecutivas mudanças de dimensão corporal, Alice se depara com a violência e os efeitos do absurdo e da autocracia. Em várias passagens textuais, a protagonista exprime seu desejo pré-púber de poder dar instruções em vez de apenas ter de recebê-las e acatá-las, de não mais receber ordens de outrem e de ser ouvida - noutras palavras, seu desejo de tornar-se adulta e, como consequência, poder passar a participar das tomadas de decisões no âmbito público e nos processos de modificação do mundo. Sentindo-se por vezes nem tão criança e nem adulta, ora grande e ora pequena, Alice questiona quem ou o que é e seu lugar no mundo e na pluralidade.

El hecho de que cada hombre sea capaz de acción significa [...] que debe esperarse de él o de ella lo inesperado. Ahora bien, acción y discurso se hallan estrechamente relacionados debido a que la acción humana debe contener al mismo tiempo la respuesta planteada a todo recién llegado: "¿quién eres tú?". Al tomar la iniciativa, quien actúa no sólo cambia el mundo puesto que se halla siempre entre otros, comparte con ellos el mundo, sino que se cambia también a sí mismo, al revelar más acerca de lo que antes de actuar sabía de su propia identidad.

La pluralidad no es, pues, simple alteridad, pero tampoco equivale al mero pluralismo político de las democracias representativas: la función del ámbito político es, en Arendt, iluminar los sucesos humanos al proporcionar un espacio de apariencias, un espacio de visibilidad, en que hombres y mujeres pueden ser vistos y oídos y revelar mediante la palabra y la acción, quienes son. (Birulés, 1997, p. 21)

Com esta releitura, pretendeu-se evidenciar, ainda, uma instância específica de intertextualidade interdisciplinar potencial entre o texto literário carrolliano e os ensaios político-filosóficos de Arendt, que atesta, antes de mais nada, a riqueza semiótica, referencial e de significação cultural desses textos *no seio do mundo de todos e de todas as interações*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHCAR, F. Apresentação. In: CARROLL, L. **Alice no País das Maravilhas**. Trad. Isabel de Lorenzo e Nelson Ascher. 2ª ed. Rev, 2000.

AGUIAR, O. A. **Condição humana e educação em Hannah Arendt. Educação e Filosofia**, v. 22, nº 44, jul./dez. 2008, Uberlândia, p. 23-42, 2008.

ARENDR, H. **A crise na educação**. In: _____. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mário W. B. de Almeida. São Paulo: Perspectiva, p. 21-53, 2005.

_____. **A vida do espírito; o pensar, o querer e o julgar**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

_____. **Da violência**. Trad. M^a C. Drummond. Brasília: UnB, 1985.

_____. **Los orígenes del totalitarismo**. Madrid: Taurus, 1998.

_____. **Que é autoridade?** In: _____. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. B. de Almeida. São Paulo: Perspectiva, p. 127-187, 2005a.

_____. **¿Qué es la política? Fragmento 1**. In: _____. **¿Qué es política?** Trad. Rosa Sala Carbó. Barcelona: Paidós. 1997.

_____. **The human condition**. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1988a.

BASEIO, M. A. F. **Tecendo a modernidade: a literatura infantil em trama**. In: LIMA-HERNANDES, C. & FROMM, G. (orgs.) **Domínios de linguagem V**. São Paulo: Plêiade, p. 1-13, 2005.

BENEVIDES, R. **Alice e o tamanho; as potencialidades da transformação do personagem e do próprio leitor**. Disponível em <<http://www.dubitoergosum.xpg.com.br/orientando20.htm>>, acessada a 05-03-2011. s/d.

BENVENUTI, E. **Educação e política em Hannah Arendt: um sentido político para a separação**. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação), 118 p. São Paulo: FE-USP, 2010.

BIRULÉS, F. **¿Por qué debe haber alguien y no nadie?** In: ARENDR, H. **¿Qué es la política?** Barcelona: Paidós, p. 9-40, 1997.

BRITO, B. P. **Alice no País das Maravilhas; uma crítica à Inglaterra vitoriana**. São Paulo: CCL-Mackenzie. Manuscrito disponível em <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCL/projeto_todasasletras/inicie/BrunaBrito.pdf>, acessada a 06-03-2011, 2003.

CANDIDO, A. **O escritor e o público**. In: _____. **Literatura e sociedade**, 9^a ed. rev. pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro Azul, p. 83-98, 2006..

CARROLL, L. **Alice's adventures in Wonderland**. Chicago: Volume One Publishing, 1998.

_____. **Alice no País das Maravilhas**. Adaptação de Edy Lima. São Paulo: Scipione, 2005.

_____. **Alice no País das Maravilhas**. Adaptação de Nicolau Sevcenko. São Paulo: Scipione, 1994.

_____. **Alice no País das Maravilhas**. Trad. e adaptação de Monteiro Lobato. São Paulo: Brasiliense, 1969.

CÉSAR, M. R. A. & A. DUARTE. **Hannah Arendt: pensar a crise da educação no mundo contemporâneo**. Educação e Pesquisa, v. 36, n.3, set./dez. 2010. São Paulo: FE-USP, p. 823-837, 2010.

COELHO, N. N. **Literatura infantil; teoria, análise e didática**. São Paulo: Moderna, 2000.

FERREIRA, M. C. S. **Hannah Arendt e a separação entre política e educação**. Dissertação (Mestrado em Educação), 142 p. São Paulo: FE-USP, 2007.

GARDNER, M. Introdução. In: CARROLL, L. **Alice: edição comentada**. Introd. e notas de Martin Gardner. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GÓES, L. P. **Introdução à Literatura Infantil e Juvenil**. São Paulo: Pioneira, 1990.

LAJONQUIÈRE, L. **Infância e ilusão (psico)pedagógica**; escritos de Psicanálise e Educação, 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

PALO, M. J. **Literatura infantil**; voz de criança. São Paulo: Ática, 1986.

PEREIRA, N. G. **O ser da política e a política do ser; o confronto entre Hannah Arendt e Martin Heidegger em Ser e Tempo**. Tese (Doutorado em Filosofia), 141 p. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

POUND, E. (1960) **ABC of reading**. New York: New Directions.

TOURY, G. "The nature and role of norms in literary translation". In: HOLMES, J. S. et al. (orgs.) *Literature and translation; new perspectives in literary studies*. Lovaina: Acco, p. 83-100, 1978.